

**A CULTURA HERÓICA E O CULTO BOLIVARIANO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS  
BIOGRAFIAS DE SALVADOR DE MADARIAGA E GEHARD MASUR<sup>1</sup>**

**FABIANA DE SOUZA FREDRIGO<sup>2</sup>**

Simón José Antonio de la Trindad Bolívar (1783-1830), liderança importante no decorrer do processo de emancipação das colônias espanholas, foi um obsessivo escritor de cartas. Ele não descuidou de sua correspondência nem mesmo com a proximidade da morte, pois a guerra e a escrita eram faces complementares e constitutivas de sua atuação política. Tentando escapar de uma reflexão tradicional que aponta a *antítese* entre a *ação independentista e os discursos sobre a independência*, guiei-me pela consideração de que ação e pensamento não podem ser tomados como instâncias separadas. Nesse sentido, conclui que o pensamento emancipador, ao mesmo tempo, expressava o desejo de “encontrar um lugar para a América” e a confissão do deslocamento e da decepção com tal desejo, pois ele demandava uma reinvenção política e cultural hercúlea. Assim, as cartas de Simón Bolívar emergiram como uma fonte riquíssima, no sentido em que permitiam captar a dubiedade dos desejos e, ainda mais, reforçavam que o caminho metodológico não estava equivocado: pensamento e ação não eram antitéticos, mas exprimiam a singularidade da vivência traumática que coube à geração das independências na América de colonização espanhola. A escolha do que escrever, de como escrever e a constância com a qual se escrevia indicavam que as missivas subsidiavam um *projeto de memória*. Essa hipótese guiou a minha tese de doutorado, defendida no primeiro semestre de 2005<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de um projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por meio da bolsa produtividade (PQ), concedida à autora, em 2011.

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

<sup>3</sup> A tese intitula-se *História e Memória no epistolário bolivariano (1799-1830)*. Foi defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca. Em 2010, a pesquisa foi publicada pela Editora Unesp, sob o título: *Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. Durante o doutoramento, impus-me a tarefa de explicitar o “projeto narrativo epistolar” e, para fazer isso, foi preciso captar, compreender e apresentar os sinais internos ao epistolário, produzido entre 1799 e 1830. Esses sinais epistolares apontaram para a história que o missivista legou à posteridade, história contribuinte à conformação de um culto em torno do ator histórico. A amplitude do epistolário bolivariano (na coletânea organizada por Vicente Lecuna, há 2.815 cartas transcritas) e a opção por construir, com base nessa fonte, as relações entre a historiografia e a memória (assumindo o diálogo com a biografia e com a literatura) inviabilizaram,

Ainda na referida tese, em um ensaio tímido, lidei com as biografias sobre Simón Bolívar, escolhendo três importantes obras: a de Salvador de Madariaga (1953), a de Gehard Masur (1960) e a de Moacir Werneck de Castro (1989). Naquele momento, buscava as biografias para entender o que denominei como *memória da indispensabilidade*. Ao aparecer prematuramente no epistolário e manter-se como tema invariável, a renúncia consistiu no instrumento por meio do qual Simón Bolívar pôde testar sua legitimidade. É fundamental que se tenha claro que, embora restrito ao grupo (os demais generais envolvidos na causa independentista), o discurso da renúncia como recurso epistolar alcançava uma outra abrangência: a que garantia a elaboração de um projeto de memória a ser consumido pela posteridade. É da fusão entre a necessidade de legitimidade, determinada pelo jogo político do presente, e o desejo de memória, delimitado pela perspectiva de futuro, que o missivista constrói e solidifica a *memória da indispensabilidade*. Nesse sentido, o termo *memória da indispensabilidade* é de minha autoria e serviu ao propósito de explicitar e explicar o discurso da renúncia, apresentando, em conjunto, os outros elementos retóricos a ele associados – a morte, o ressentimento, a doença e a solidão (FREDRIGO, 2010).

Nos discursos epistolares e autobiográficos, além da captação da cultura heróica (que não é posterior à geração das independências, pois, embora tenha se visto reforçada pelas histórias nacionais oitocentistas, não foi “criada” por elas), há armas para todos os combatentes: Santander e Bolívar, por exemplo, anunciam distintas formas de ler o processo de independência na América do Sul, expressando desde a possibilidade de uma avaliação revolucionária, considerando o desejo de mudança dos envolvidos nas guerras, até a possibilidade de uma avaliação continuísta, explicitando as dificuldades de se resistir à força da “cultura espanhola” e ao “imaginário imperial”. Assim, a tensão e a dissonância nos ensinam que, mais do que ideologia, os interesses (sempre legítimos) não deixam de ser produzidos e afirmados por meio de uma disputa que envolve vozes plurais e forças desiguais, criando uma situação que, nem por isso, permite profetizar o “lado vencedor *ad infinitum*”.

O trabalho com as biografias e as relações entre a memória, a cultura heróica e o culto bolivariano<sup>4</sup> contribuem para duas áreas: primeiro, para a metodologia da

---

àquela circunstância, a construção da rede epistolar.

<sup>4</sup> Advogo que esse culto se inicia com o ator histórico (o próprio Simón Bolívar), atravessa os séculos

História, pois as associações entre escrita, história e biografia permitem refletir sobre as diferenças e as semelhanças de tais projetos narrativos (a narrativa histórica e a narrativa biográfica); segundo, para a História das Américas, uma vez que a releitura de fontes, comparando os discursos produzidos pelos generais da independência, areja o debate historiográfico.

A leitura e o exame dos escritos da geração das independências interessam, ainda hoje, porque essas narrativas permitem esmiuçar a instituição de uma *cultura política*, que não é homogênea e nem universal, mas, antes, mutante e plural. Os *usos do futuro* dependem dos *usos do passado*, por isso, reivindicamos o *direito* e o *dever* à memória. É imprescindível concordar com Betancourt (2007) em seu diagnóstico sobre a escrita da história colombiana (e venezuelana), em fins do século XIX, uma vez que, para os homens das letras, essa escritura implicava em um “serviço público”, sendo os intelectuais chamados a construir a “república desejada”. Se esse esforço pela edificação de uma “consciência nacional” deve ser criticado e ultrapassado, não me parece louvável estancar na crítica. O diagnóstico que alerta, também, para os “maus usos da consciência nacional” não pode escamotear a experiência. Portanto, a releitura das narrativas oitocentistas e a sua associação com o culto bolivariano e com os projetos de memória possibilitam o vislumbre da experiência da geração que guerreou e organizou repúblicas. Com isso, colaboram quando se trata de compreender o modo pelo qual a *história pátria*, com a sua ancestralidade vincada nos heróis e anti-heróis, penetra nas sendas do imaginário político latino-americano.

Ademais, contemporaneamente, verifica-se a revalorização do indivíduo, da vida privada e dos estudos sobre a cultura (MALATIAN, 2009), em uma perspectiva muito peculiar, a que associa a produção de memória à experiência dos homens comuns. Esse movimento não se dá apenas além das fronteiras da universidade; no campo historiográfico, por exemplo, a incorporação de novas fontes e a busca por novas abordagens expressam uma tentativa de lidar com a revalorização descrita. As publicações de coletâneas de cartas, escritos biográficos e autobiográficos comprovam, ao mesmo tempo, uma tendência do mercado editorial e uma recepção “positiva” dos leitores – embora um “fator” dependa do outro, as explicações para cada um deles

---

XIX e XX e mantém-se nas primeiras duas décadas do século XXI, sendo o governo chavista a maior evidência de sua perenidade.

podem ser bem distintas. Entre a “imposição do mercado editorial” e a recepção dos leitores há um espaço aberto para se investigar as práticas de leitura e a formação de comunidades interpretativas<sup>5</sup>.

Para este artigo, interessa investigar, tendo como fonte dois escritos biográficos, os fios que entrelaçaram a história e a memória. O empreendimento proposto é vasto e sua execução revela a densidade e a dificuldade de se ocupar de um número variado de versões sobre o personagem apresentado no interior do campo biográfico. Muitos foram os biógrafos de Simón Bolívar (1783-1830), a começar pelos próprios companheiros que, em suas memórias e diários, procuraram registrar um esboço da personalidade daquele que era considerado amigo e chefe<sup>6</sup>.

A análise das biografias é essencial porque, tal como salientado por Carrera-Damas (1964), a própria historiografia articulou a correlação entre a vida de Simón Bolívar e o destino da América. A vida de Bolívar, ou melhor, a narrativa sobre a sua vida, *condensaria e exemplificaria* os caminhos trilhados por parte da América do Sul no decorrer do processo de emancipação. Depois da vida de glória e honra, conquistada nos campos de batalha, Bolívar conheceria a doença, as tentativas de assassinato e a detração política, nascida dos círculos que, em algumas outras circunstâncias, tinham-no apoiado. Esse é o enredo das várias biografias escritas sobre o “Libertador”. Ele irrompe no auge de suas vitórias como César, Napoleão e termina os seus dias como Quixote. A *convicção*, que a memória histórica entregou a Bolívar sempre que relata o seu juramento de libertar a América no Monte Sacro, deslinda em *amargura* no fim de seus dias. Mais do que isso, à *convicção* une-se o guerreiro imbatível e imortal. Bolívar tinha uma tarefa, um destino: libertar a América e lhe impor ordem. Nesse meio tempo, teve também de salvá-la, não mais dos espanhóis, mas dos interesses das próprias oligarquias. E a América? A América, espelho da vida do próprio Bolívar, não teria outro caminho que não o de acompanhá-lo da glória ao desengano; parte do continente conheceria a breve glória da libertação para, depois, enveredar ao conflito e à separação. Está dada a correlação: *Bolívar e o gênio da América formariam uma só alma*, exatamente como o general havia anunciado em suas cartas.

---

<sup>5</sup> Essa discussão, embora importante, não cabe no espaço deste artigo, quis apenas anunciar um problema, que não é de fácil resolução.

<sup>6</sup> Esses foram os casos do General Daniel Florêncio O’Leary e do General Peru de la Croix.

A historiografia venezuelana manteve suas análises sobre a emancipação inexoravelmente vinculadas à biografia de Simón Bolívar, era essa vinculação que explicava o “desastre da emancipação”. Esse tipo de explicação histórica durou até o início da década de 1970 (CARRERA-DAMAS, 1976). Junto disso, essa historiografia subordinou-se excessivamente às primeiras edições de documentos, herdadas do século XIX, de caráter bolivariano, posto que as compilações foram produzidas por partidários de Simón Bolívar. Todo esse quadro reforçou um viés interpretativo do processo de independência que se apoiava na enumeração das batalhas. Dessa maneira, a historiografia tradicional lidava com um tipo de história política, também tradicional, marcada pelo belicismo. Por conta do anterior, uma historiografia que se ocupasse dos aspectos econômicos e sociais do processo emancipador era novidade na década de setenta do século XX (CARRERA-DAMAS, 1976). Apesar de aspectos econômicos e sociais aparecerem em obras marcadamente tradicionais como, por exemplo, a de Rafael María Baralt, *Resumen de Historia de Venezuela desde o ano de 1797 hasta 1830* (Paris, 1841), “esses temas encontram-se dissolvidos no corpo da narração político-militar e merecem do autor, em todas as circunstâncias, menor consideração” (CARRERA-DAMAS, 1964, p. 129).

Para o exame da personalidade de Simón Bolívar, Salvador de Madariaga é o biógrafo mais citado, seja para concordar com o seu julgamento ou não. A polêmica que se instaurou em torno da biografia publicada, em 1951, concedeu à mesma um diferencial frente àquelas encomendadas pelos governos da Venezuela e da Colômbia, cujo objetivo era afirmar as qualidades sobre-humanas de Simón Bolívar, guardando estilo encomiástico. Tanto Vicente Lecuna como a Sociedade Bolivariana da Venezuela trataram de responder ao autor da biografia e reservar o lugar de proscrita para a obra de Salvador de Madariaga. Dentre os “pecados históricos” cometidos por Madariaga estavam a sua insinuação de que Bolívar ficou tentado pela monarquia, sua crítica às qualidades militares do general, a acusação de que a análise dos conflitos entre Bolívar e San Martín e entre Bolívar e Santander não fora feita com a devida imparcialidade pelos venezuelanos, a avaliação sobre a relação amorosa de Bolívar e Manuela e o papel mais que preponderante atribuído à amante do Libertador e, por fim, a anotação da resistência de Bolívar em receber os sacramentos em seu leito de morte (HARWICH,

2003). Quatorze anos depois da condenação do livro, a Academia Nacional de História retratou-se em declaração pública.

Dessa maneira, apesar de também merecer crítica, a biografia de Madariaga foi central para ampliar a discussão em torno das inúmeras solicitações de renúncia por parte de Simón Bolívar. Ao lado do biógrafo espanhol, Gerhard Masur, cuja biografia foi produzida em 1946, é uma referência importante, na medida em que explicita o clima da “Guerra Fria” e constrói um Bolívar que permite discutir os temas importantes para o século XX e para o lugar da América “no mundo” – discussões que sempre trazem à tona a associação entre o ato biográfico, a memória heróica e o culto bolivariano. As referências à renúncia como uma arma política e discursiva estiveram presentes em ambos os textos biográficos e, por isso, eles contribuíram para, em contato com o epistolário, esclarecer o sentido dessa recorrência. Permitiram ainda avaliar a pluralidade do discurso da renúncia e vinculá-lo, igualmente, à memória do ressentimento e, portanto, à da *indispensabilidade*.

Apesar das numerosas versões biográficas sobre Simón Bolívar, a leitura de dois escritos do gênero revelou a similitude de origem dos marcos cronológicos eleitos de um trabalho para outro; mudou foi o julgamento dos respectivos biógrafos acerca dos acontecimentos. Então, em consonância, os biógrafos de Bolívar elegeram na vida do biografado os mesmos momentos “divisores”. Dessa forma, por exemplo, o desentendimento com Santander e a guerra entre a Colômbia e o Peru encontram o personagem em seu momento de “desesperança, de pesar e de descrédito”. Na outra ponta, Boyacá e Angostura representariam o auge da vida de Simón Bolívar. Ainda, outro marco representativo, tal como o juramento no Monte Sacro, indicaria a escolha e a premonição de Simón Bolívar quanto ao seu caminho de glórias. No Monte Sacro, Bolívar teria a grande revelação: seria ele o indivíduo capaz de libertar a América, tendo uma atuação política e histórica determinante para o continente.

As biografias sobre Simón Bolívar não conseguiram escapar do tom apologético ou do seu conteúdo diametralmente contrário. A correspondência do general *criollo* foi usada para atestar, comprovar e corroborar acontecimentos, segundo a análise de cada biógrafo. Ao referir-se à correspondência, Madariaga apenas anota que a única crítica que devia ser feita às cartas dizia respeito ao fato de, nos últimos anos, elas terem sido escritas por Bolívar “menos para expressar do que para ocultar seus

desígnios” (MADARIAGA, 1953, p. 484). Ainda assim, “intérprete sagaz”, o biógrafo apresenta os “desígnios ocultos” de Bolívar, vinculando-os às suas constantes qualidades: vaidade e ambição pessoal. Do mesmo modo, tais biografias obedeceram à herança cristã, apoiando-se na idéia da predestinação de Simón Bolívar. Para esse caso, o pequenino Simón Jose Antonio de la Trindad Bolívar y Palácios nascera para ser o “Libertador”. Embora crítico em muitos aspectos, Salvador de Madariaga, como não podia ser diferente, não escapou dos julgamentos. Para ele, as dores do “seu” Bolívar anunciavam o futuro guerreiro impiedoso e selavam o destino do Novo Mundo:

Em princípios do verão de 1802, Simón e Teresa Bolívar instalaram-se em Caracas para viverem a felicidade da vida privada. Em janeiro de 1803, uma febre maligna cortou em flor esse sonho tão belo. Esse final súbito de uma vida reservada e pessoal de uma jovem de vinte e um anos foi, talvez, um dos acontecimentos-chave da história do Novo Mundo; porque se Teresa tivesse vivido, Simón teria podido recobrar o contato com seu ser mais profundo, restabelecer o livre fluir de suas crenças e tradições ancestrais pelos claros canais de sua mente, conseguir aquela síntese de cérebro e coração, que lhe iria faltar para o resto de seus dias, e viveria então a vida de um homem considerado entre os seus – para menos não tinha nascido – mas em uma América Hispânica que, talvez, não fosse desgarrada pela guerra civil. Que nada disso é arbitrário ou aventureiro demonstra-se citando o próprio Bolívar. “Vejam vocês como são as coisas – dizia um dia, segundo Peru de Lacroix –; se não tivesse enviuvado, talvez minha vida tivesse sido outra; não seria o general Bolívar, nem o Libertador, ainda que admita que o meu gênio não era para ser o alcaide de San Mateo”. A morte decidiu o caso (MADARIAGA, 1953, p. 144).

As biografias exploraram o projeto deixado por Simón Bolívar e cuidaram de associar a cronologia da vida de seu personagem ao caminho escolhido pela América, sustentando (mesmo quando negavam o próprio feito) o perfil particular e especial de Simón Bolívar e conferindo-lhe um destino providencial. Embora buscassem se distanciar da figura do herói, as biografias cederam à tentação de, ainda assim, expressarem o culto em torno da personalidade bolivariana. Gerhard Masur (1960)<sup>7</sup>, em 1946, estabelecia as distinções entre o trabalho do biógrafo e do historiador e anunciava *qual Bolívar* buscava retratar:

Antes não tinha consciência do abismo que separa os fatos e os acontecimentos verdadeiros do que chamamos de História. É impossível relatar só o que ‘verdadeiramente ocorreu’. O historiador elege os acontecimentos que lhe parecem mais importantes e os ordena até formar um quadro completo. Seu critério não é e não deve ser puramente científico; deve ser também sugestivo e artístico. De outro modo, fica submerso nos fatos e é, quando muito, um cronista.

---

<sup>7</sup> Embora a data de publicação seja a de 1960, a biografia escrita por Masur é de 1946. A publicação de 1960 é, na realidade, fruto da primeira tradução para o espanhol.

Entretanto, forçosamente tem-se de descuidar de alguns aspectos da vida de Bolívar; este pode se estudar de muitos ângulos: militar, diplomático, literário, e cada faceta oferece material para volumes inteiros. Mas o biógrafo deve ordenar os fatos em torno do coração do indivíduo, porque só assim pode apreciar a estrutura íntegra a partir da qual todos os demais aspectos assumem sua forma.

Tenho consciência da grandeza de Bolívar, mas não o descrevi como um indivíduo infalível. (MASUR, 1946<sup>8</sup>, p. 11)

Gehard Masur, ao pontuar as distinções entre o historiador e o biógrafo, também reforça a importância de que o gênero biográfico não deixe de atentar para um retrato que ordene “os fatos em torno do coração do indivíduo”. Demonstrando um esforço de reflexão sobre as relações entre o trabalho histórico e o gênero biográfico, Masur, acertadamente, sugere o caráter construtivo da história e anuncia que descreveu Bolívar como homem falível. Contudo, como era compreensível para um alemão que, em 1935, cruzara a fronteira em direção à Suíça, “resoluto a não voltar mais para a minha Alemanha natal até que lá deixasse de brandir a insígnia da Cruz Suástica”, o Bolívar de Gehard Masur, embora não fosse um herói incontestado, era o defensor auspicioso da liberdade.

O julgamento final de Masur sobre Bolívar o equiparava a Winston Churchill, o combativo primeiro-ministro inglês, que ocupou esse cargo durante o auge da Segunda Guerra Mundial. Além de a comparação permitir concluir o motivo pelo qual Gehard Masur imigrara, há outro objetivo que ela expressa: no que dizia respeito ao seu projeto de unidade, a derrota de Simón Bolívar apenas demonstrava que ele era *o homem certo no tempo errado*. Segundo Masur, as idéias de Bolívar não cabiam no século XIX, quando os conceitos de nacional e nacionalidade dominavam a compreensão em torno da política. O reconhecimento das idéias de Simón Bolívar no século XX mostrava que aquele sim era o ambiente temporal mais apropriado para um projeto que, embora derrotado por seus contemporâneos, fora consagrado pela história. Enfim, para Masur, Bolívar era um cidadão do século XX.

Se, para Gerhard Masur, Bolívar era um homem do século XX, para Salvador Madariaga, o mesmo Bolívar era um homem de seu tempo e nada tinha lhe calado tão fundo na alma quanto a imagem de Napoleão Bonaparte. Nesse ponto, a dúvida colocada é o que representa Napoleão e, em virtude dessa representação, o porquê da

---

<sup>8</sup> Esse trecho foi retirado do prefácio à biografia que o próprio autor datou em 1946. Pedro Martín de la Cámara, que foi o responsável pela versão em espanhol, manteve as datas indicadas pelo autor.

dificuldade de outros analistas em aceitar a comparação. Como bem coloca Madariaga, na memória liberal e republicana, a atração e a repulsa convivem e nutrem o mito napoleônico. De um lado, esse general foi responsável pela expansão dos ideais da Revolução Francesa para além das fronteiras da França e, do outro, ele foi o mais ativo agressor desses mesmos ideais, quando aderiu à tentação de se coroar. Assim traduzida essa repulsa republicana e liberal, compreende-se porque o culto a Bolívar procura protegê-lo da mácula que, certamente, o atingiria quando de sua aproximação ao mito napoleônico. O desejo de Bolívar em se coroar é vigorosamente negado por boa parte da historiografia venezuelana e, no entanto, Madariaga o admite e o explora em sua biografia, basta dizer que constrói dois capítulos para argumentar sobre o tema (os capítulos vinte e cinco e vinte e seis, que compõem a quarta parte do segundo tomo da biografia, os títulos são os que seguem: *Rei sem coroa* e *Coroa sem rei*). Essa admissão lhe permitiu associar ambos os mitos e ainda mais. Permitiu-lhe anotar que foi exatamente porque não se coroou – ao contrário de Iturbide – que Bolívar, assim como San Martín, pôde, apesar de derrotado em vida, alcançar glória póstuma. Sem a coroação, Simón Bolívar podia representar o ideal republicano, bastava esconder o seu desejo de se tornar rei.

Guardadas as devidas diferenças com a vivência política da América no século XIX, não houve um homem político do século XIX, mesmo que se encontrasse fora da Europa, que não se influenciasse pela Revolução Francesa e que não revelasse um conflito de opiniões e sentimentos sobre a figura de Napoleão Bonaparte e o significado de sua ação política. Como bem lembra Guerra (2000), a modernidade política na Espanha e na América teve um conteúdo mais corporativo e tradicional, isso desde que comparado ao conteúdo francês. Não obstante, também espanhóis e americanos estiveram impregnados por símbolos, idéias e imaginários que permitiram uma transformação política e cultural. Ainda com Guerra (2000), é importante salientar que a interpretação historiográfica americana sobre a independência discutiria até que ponto seria possível considerar a influência francesa nesse processo. Os liberais americanos da segunda metade do século XIX reivindicariam a sua filiação com a França revolucionária. A partir de então, uma versão sobre a independência foi construída e alcança, inclusive, os nossos dias. Por essa versão, considerava-se que a independência era filha da Revolução Francesa, graças à disseminação, em solo americano, dos

princípios que serviram à revolução na Europa. A revisão historiográfica dessa matriz liberal de interpretação da independência cuidaria de apontar a influência de um caráter hispânico no processo de independência. Em concordância com o autor já citado, entende-se que é “conceitualmente impossível identificar uma posição ideológica em um suposto espírito nacional: nem tudo o que é francês é moderno, nem tudo o que é espanhol é tradicional, nem o inverso” (GUERRA, 2000, p. 16).

A leitura inicial das biografias citadas preocupou-se mais detidamente com os últimos anos de Bolívar, pois me interessava perceber qual tratamento cada biógrafo daria para o ressentimento do general. Conforme sugerido, a escolha de marcos cronológicos não difere entre os autores. O marco cronológico da desgraça bolivariana obedeceria a uma clivagem aventada pelo próprio missivista em sua narrativa epistolar: o seu desentendimento com Francisco de Paula Santander. A biografia escrita por Salvador Madariaga é a mais extensa e detalhada, há profusão de citações de distintos documentos: cartas, proclamas, artigos de época, necrológico e testamento de Simón Bolívar, diários e memórias deixadas por amigos e inimigos políticos. Dividida em dois tomos, a quarta parte do segundo tomo responsabiliza-se pela análise da derrota e do descrédito público conferidos ao biografado. Os títulos dos tomos, das partes que os compõem e dos capítulos que compõem as partes são muito sugestivos. O primeiro tomo tem como subtítulo *Fracasso e esperança* e o segundo tomo adotará como subtítulo *Vitória e desengano*. O segundo tomo encontra-se dividido em quatro partes que tratam do período que vai do Congresso de Angostura, em 1819, à morte de Simón Bolívar, em dezembro de 1830. Os títulos das quatro partes do segundo tomo são respectivamente: *Do caos à vitória*, *Põe-se o sol do Império*, *O Império dos Andes* e o *Ocaso de César*.

Na ânsia de julgar, em nenhum momento, Madariaga pretendeu compreender o ressentimento bolivariano. Aliás, não o compreendeu porque não lhe deu crédito. Ao invés disso, preferiu atribuir a Simón Bolívar uma ambição desmedida, o que lhe obrigou a tecer o perfil de um homem público constantemente vigilante. Nesse ponto, a memória construída por meio das cartas de Simón Bolívar foi incorporada pelo biógrafo: o homem público vigilante, a postos no epistolário, transferiu-se para a obra biográfica. Aqui reside o problema do juízo de Madariaga: na medida em que o seu Bolívar mostra-se movido tão somente por ambição e, para protegê-la, calculava e

previa seus atos, o biógrafo empresta ao biografado uma onisciência sobre-humana. Até quando se refere ao espírito amargurado e à reclamação de Simón Bolívar da ingratidão pública que lhe era dirigida, Madariaga volta a explicar o ressentimento e a ingratidão como decorrência dos atos do seu personagem; para ele, a ingratidão tornara-se regra porque Bolívar submetera seus amigos a uma política tortuosa. A escrita biográfica, no caso de Madariaga, compunha-se de mais uma finalidade: era conveniente aproximar Simón Bolívar, liderança das guerras de independência contra a Espanha, das “instituições e tradições” pelas quais zelavam o regime espanhol. Não se tratava de refletir sobre a complexidade identitária da *elite criolla*, mas de apresentar a vitória do projeto civilizador da metrópole: a despeito da rebelião de um de seus filhos diletos, esse mesmo filho desgarrado demonstrara dever sua formação à pátria-mãe, a Espanha. Assim, a morte aproximara Bolívar da “verdadeira sabedoria”, atraindo-lhe a terra ancestral para o passado (colonizador).

O plano da obra biográfica de Gerhard Masur também revelaria que, apesar da liberdade ter sido o maior bem e a maior herança de Bolívar, a ambição tomava corpo em sua trajetória de vida. Às quatro partes que integram o conjunto da biografia foram dados os seguintes títulos: *Homem de ambição*, *Homem da liberdade*, *Homem da glória*, *Homem de pesares*. Nessa última parte da biografia, constam quatro capítulos, que versam sobre as seguintes temáticas: os desentendimentos entre Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander; a rebelião liderada por Páez, a *La Cosiata*; os planos para a reforma da Constituição de 1821, aprovada em Cúcuta; o pedido de renúncia de Bolívar feito em 1827; a guerra entre a Colômbia e o Peru e as rebeliões internas nas tropas colombianas e peruanas; a tentativa de assassinato de Simón Bolívar; os preparativos e o abandono da Convenção de Ocaña; a nova rebelião separatista liderada por Páez em 1829; a rebelião liderada por Córdoba, outro antigo correligionário de Simón Bolívar; a Assembléia Constituinte dos Admiráveis, instalada em 1830 e a última renúncia de Bolívar seguida pelo agravamento de seu estado de saúde e sua morte.

O último capítulo de Gerhard Masur intitula-se *Morte e transfiguração*. Nesse capítulo, o biógrafo tenta explicar porque Bolívar, o mesmo que morrera desacreditado e ferido por conta da derrota de seu maior projeto, seria, tempos depois, lançado à categoria de herói-mito não apenas das nações que ajudara a libertar, mas da *nação americana*. Para além do que já foi exposto, Masur considerava que a transfiguração da

figura bolivariana indicava a necessidade das nações em “processo de cristalização” do culto a heróis, sendo esse o caso das repúblicas hispano-americanas. Em síntese, o culto a Simón Bolívar seria um elemento essencial para o desenvolvimento dessas nações, tal como expressa o trecho a seguir:

Depois da morte de Bolívar produziu-se uma transfiguração que pode se considerar única na história moderna [...] A glorificação de Bolívar é lírica e retórica. Provavelmente não há na América do Sul poeta ou escritor que não tenha composto uma ode, um ensaio ou uma oração sobre o maior herói do continente. É o tema principal de todos os literatos sul-americanos, de Rodó a Valencia e de Gabriela Mistral a Neruda. E seria tão simplório quanto carente de discernimento burlar-se dessa adoração heróica. Essas nações se encontram todavia em processo de cristalização e o mito bolivariano é um elemento essencial de seu desenvolvimento. (MASUR, 1960, p. 576)

Conforme assinalado, Gerhard Masur anota a recorrência das renúncias bolivarianas, mas sua análise difere da de Madariaga. Para Masur, a renúncia também era um recurso político, no entanto, o ato de encaminhar o pedido de renúncia, acompanhado quase que imediatamente pelo esquecimento do mesmo, indicava mais do que simples ambição pessoal. Para o biógrafo alemão, mesmo após o descrédito público, Bolívar tinha atribuído a si uma missão: a de manter unida a Grã-Colômbia. Manter a unidade e a liberdade conquistada era o lema do Simón Bolívar retratado por Masur. Esse Bolívar de Masur fez da independência hispano-americana uma “empresa da liberdade”, como já apontara Nikita Harwich (2003), em sua análise sobre a referida biografia.

Seguindo o raciocínio do biógrafo, isso foi assim porque Bolívar tinha de cumprir um destino que seria responsável por alçá-lo diretamente à referência política para o século XX. Diferente mais uma vez de Madariaga, Masur admite o ressentimento bolivariano – usando como imagens a “melancolia”, que se abatera sobre o general com a decadência física e a proximidade da morte, e a “via-crúcis”, essa enfrentada por Bolívar desde os desentendimentos com Santander. Ao fazer isso, o biógrafo permite ao biografado a humanização e, nesse sentido, ultrapassa analiticamente Salvador Madariaga. Em meu entendimento, a diferença entre Masur e Madariaga assenta-se na atribuição de legitimidade ao ressentimento do biografado e no grau dos antagonismos que o rondavam. Isso equivale dizer que o Bolívar de Masur é mais “humano” que o de Madariaga, contudo, não pressupõe que o Bolívar de Madariaga não apresente “qualidades humanas”. Se, por um lado, o biógrafo espanhol impõe ao seu Bolívar a

vigilância constante (tarefa impossível a qualquer ser humano), por outro, ele admite uma qualidade particularmente humana em seu personagem, a ambição.

Sinteticamente, o ponto alto da biografia de Gerhard Masur esteve no reconhecimento da humanidade de seu personagem. No entanto, o biógrafo complica-se quando retira o biografado de seu tempo. Se Bolívar passou para a história como o defensor de um projeto de unidade, que significava empreender a construção de uma “*grande nação*”, ele não foi o único que acreditou, adotou e endossou esse projeto. Entre seus contemporâneos, embora colecionasse inimigos, teve o apoio de um grupo que pensava como ele. Do mesmo modo, se o biografado passou a vida combatendo o federalismo dos liberais e sustentou a unidade da Grã-Colômbia, é preciso ter em mente que um projeto político desse porte apenas se mantém se há legitimidade em torno do porta-voz do mesmo projeto. Não é por acaso que a correspondência bolivariana é, ao mesmo tempo, extensa e intensa. Bolívar teve em torno de si os generais que foram, simultaneamente, a elite militar e política das repúblicas recém-fundadas. Por bom tempo, os liderou. Por bom tempo, dominou suas expectativas. Tais expectativas, embora inspiradas em função do lugar de amigo e chefe ocupado por Simón Bolívar, também estiveram direcionadas a um projeto político em comum e, no interior desse projeto, traçou-se a unidade política americana.

A derrota política de Simón Bolívar se deu no exato momento em que a legitimidade que o grupo depositara nele desapareceu. Ajuizar que apenas Bolívar fora o responsável pela unidade da Grã-Colômbia – que durara entre os anos de 1819 e 1830 – é obscurecer a participação ativa de um grupo que atuou como sustentáculo desse projeto e de seu processo de implantação e consolidação. Santander fora o braço executivo da Grã-Colômbia durante todo o tempo em que Bolívar dedicara-se à campanha no Sul. O vice-presidente, educado em Bogotá, foi um dos principais políticos contrários a essa união, mas a assegurou durante o período das guerras de independência e foi quem cuidou das contas dessa república que patrocinou a “*empresa da liberdade*” de Bolívar.

Conceder ao general “Libertador” ares de herói solitário e visionário contribui para a permanência da análise de que a América só podia mesmo ser dominada pela anarquia, fruto das ações da oligarquia *terratiente*. Visionários nem sempre conseguem angariar apoio e legitimidade. Visionários não deixam sinal de seguidores e

nem conseguem o reconhecimento para seus projetos, reconhecimento póstumo que seja. Visionários são, frequentemente, admirados com entusiasmo juvenil. Há nessa discussão outro grave condicionamento. Se a unidade era apenas fruto da “vontade indômita” de Simón Bolívar, a ausência da liderança evocava um problema para o continente: sua morte selaria o futuro infeliz da América, demarcado pela anarquia política. Seguindo esse raciocínio, melhor seria que o general fosse indispensável e insubstituível. Aí reside o patrocínio do culto. Com a ajuda das interpretações que impingiram a Bolívar a pecha de um visionário perdido em seu tempo, o culto consolidou-se. Seria muita coincidência – e, entretanto, não é – reforçar que foi exatamente essa a construção deixada pelo missivista. Indispensável e insubstituível: era assim que o escritor de cartas queria ser visto.

Depois da breve exposição de parte das biografias escritas por Salvador de Madariaga e Gehard Masur, reforço a importância dessa leitura, que associa a escrita biográfica à constituição do culto. Homens da política e das letras, os biógrafos não escaparam à verve sedutora do Bolívar missivista e nem foram suficientemente autônomos para dispensar a esperança na existência de “heróis para toda hora”. Por fim, duas últimas considerações teórico-metodológicas merecem relevo. Tendo em vista o *status* incerto da biografia, só é possível aproximar-se de uma categorização ao concordar com uma *localização intermediária* para a biografia: ela se encontra exatamente no meio do caminho. Estilística e metodologicamente situada entre a história e a literatura, a biografia, embora sirva à história, não é “a” história. O gênero biográfico, assim como está posto, é fruto de uma herança grego-latina (LEVILLAIN, 1996). Para os gregos, as tarefas do biógrafo e do historiador eram distintas: a história situava-se ao lado dos acontecimentos coletivos e via-se sempre embasada pela “verdade”, o seu objetivo era a busca da “verdade”. Nesse sentido, a expressão histórica se dava por meio da narração, com o objetivo de apontar a “mudança” cronologicamente estabelecida. A biografia estava preocupada com o detalhe e com o indivíduo, o que a aproximava do panegírico, especialmente porque sua função era a de “elogiar a personalidade em questão”. De maneira laudatória, a biografia analisava fatos e gestos vinculados a um indivíduo e, para tanto, sua expressão era descritiva, com o objetivo de estudar e exaltar a natureza do homem. Dito isso, o modelo adotado pelo gênero biográfico nasceu com a historiografia grega, passou pela contribuição do

panegírico e da hagiografia e chegou, aos nossos tempos, embebida pela ideologia dominante. Desse modo, a biografia, simultaneamente, retrata elogiosamente o biografado, cuida de seu perfil histórico e atua politicamente na medida em que se vê atrelada à ideologia dominante, tornando-se sua divulgadora.

A despeito da dificuldade em categorizar a biografia, pode-se destacar que o estilo de escrita, a metodologia assumida em relação ao documento e os julgamentos permitidos aos biógrafos distanciaram a biografia da história. Essa afirmação é válida mesmo considerando que a historiografia, no que diz respeito a Bolívar, também se pautou em julgamentos parciais que atropelaram o rigor histórico, afastando-se da crítica da fonte. Ainda assim, é essencial assegurar a diferença plausível entre o empreendimento biográfico e o histórico.

Novas leituras e propostas vêm sendo feitas em torno do gênero biográfico, o que é fruto da reaproximação entre história e biografia. No interior dessas novas propostas, foram repostas as perguntas sobre a relação entre a história e o indivíduo. Especialmente para o campo da história política, esse “retorno biográfico” foi muito produtivo, pois permitiu equilibrar as análises que, liberadas do ranço de uma história política feita “por” e “para” os grandes homens, passaram a considerar a importância dos atores históricos, escapando à frieza das análises sistêmicas e incorporando a complexidade da ciência dos contemporâneos quanto ao seu fazer histórico. Dessa maneira, reconhecendo a biografia como gênero composto e cuidando de estabelecer as devidas relações entre história, narrativa e memória, a interpretação desse tipo de escrita poderá iluminar o conhecimento em torno do culto bolivariano, responsável pelo gerenciamento de um peculiar imaginário político latino-americano.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETANCOURT MENDIETA, Alexander. *Historia y Nación*. Tentativas de la escritura de la Historia en Colombia. Medellín: La Carreta Editores; México: Coordinación de Ciencias Sociales y Humanidades Universidad Autónoma de San Luis de Potosí, 2007.

CARRERA-DAMAS, Germán. *Cuestiones de historiografía venezolana*. Venezuela: Universidad Central de Caracas, 1964.

CARRERA-DAMAS, Germán. *La crisis de la sociedad colonial venezolana*. Caracas: Imprenta Municipal, 1976. (Cuadernos de Difusión, n. 5).

CASTRO, Moacir Werneck de. *O libertador: a vida de Simón Bolívar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

HARWICH, Nikita. Un héroe para todas las causas: Bolívar em la historiografía. *Iberoamericana*, [S.I.], v. 3, n. 10, p. 7-22, 2003.

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (1799-1817)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1964. Tomo I a VII.

MASUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. México: Biografías Grandesa, 1960.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora da FGV, 1996.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.